



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

## Serviço de Protocolo Geral

Processo: 2259/2016 Projeto de Lei: 73/2016

Data e Hora: 23/03/2016 17:35:02

Procedência: Serjão

Dispõe sobre a concessão de benefício tributário, consistente em oferecer remissão do Imposto Predial Urbano - IPTU - incidente sobre imóveis não residenciais.

143



Dispõe sobre a concessão de benefício tributário, consistente em oferecer remissão do Imposto Predial Urbano - IPTU - incidente sobre imóveis não residenciais.

**PROJETO DE LEI**

Dispõe sobre a concessão de benefício tributário, consistente em oferecer remissão do Imposto Predial Urbano - IPTU - incidente sobre os imóveis não residenciais no âmbito do Município de Vitória, no caso que especifica.

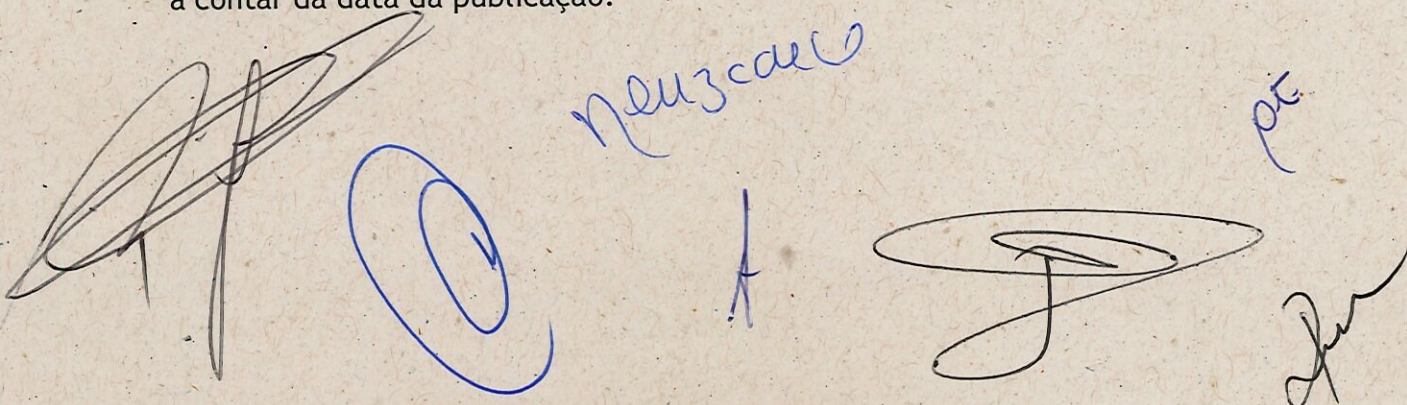
**Art. 1º.** Será concedido benefício tributário, consistente em oferecer remissão do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, incidente sobre os imóveis não residenciais localizados na Avenida Leitão da Silva, no Município de Vitória, cujos créditos tributários tenham sido constituídos nos anos de 2014, 2015 e 2016.

**§1º.** A remissão dos créditos tributários já constituídos que trata o *caput* alcançará os contribuintes inadimplentes e aqueles que já efetuaram o pagamento do imposto, os quais terão direito à restituição do que pagaram ou compensação com tributos devidos no futuro.

**§2º.** A remissão dos créditos tributários já constituídos que trata o *caput* recairá somente sobre bens imóveis edificadas e regularizados em conformidade com as leis municipais vigentes.

**Art. 2º.** Os procedimentos para obtenção do benefício tributário serão regulamentados por meio de ato do Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação.

*neuzcaro* *pt*





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	02	12

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 14 de março de 2016.

Luisinho Coutinho  
Vereador (SDD)

Marcelão

Vereador (PT)

Max da Mata

Vereador (PSD)

Neuzinha de Oliveira  
Vereadora (PSDB)

Reinaldo Bolão  
Vereador (PT)

Sérgio Magalhães (Serjão)  
Vereador (PSB)

Wanderson Marinho  
Vereador (PRP)

Zezito Maia  
Vereador (PMDB)

DEVAMIR FERREIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	03	R

### JUSTIFICATIVA

A obra realizada desde o ano de 2014 na Avenida Leitão da Silva, em Vitória, é considerada como um marco por ser a primeira intervenção oficial voltada pra a implantação do BRT - sistema de transporte coletivo rápido por meio de corredores exclusivos - a avenida será aumentada em quase toda a sua extensão.

Para melhorar o tráfego, foram projetadas soluções operacionais e geométricas que irão contemplar a inclusão de canteiros, ciclovias e passeios. A obra, que faz parte do Programa de Mobilidade Urbana (PMU), prevê, ainda, a construção de mais uma pista de rolamento, com um total de três faixas para cada sentido.

No entanto, os comerciantes sediados no local, se encontram insatisfeitos com a queda nas vendas - em decorrência das obras na Avenida Leitão da Silva, apesar do endereço ser um dos locais com maior arrecadação de impostos para o Município de Vitória.

Vale ressaltar que a conclusão da obra já foi por diversas vezes adiadas, estando, agora, prevista para ser concluída no ano de 2017.

Desta forma, o presente projeto de lei tem como objetivo incentivar a economia dos comércios sediados na Avenida Leitão da Silva, em Vitória.

Conforme o artigo 123 da Lei Orgânica Municipal, *"somente ao Município cabe instituir isenção de tributo de sua competência, por meio de lei de iniciativa do Poder Executivo"*.

Entretanto, a jurisprudência brasileira já se encontra pacificada com relação à matéria tributária, não existindo exclusividade do Chefe do Poder Executivo para a iniciativa legislativa, mesmo quando importar em redução de receita no orçamento.

O referido entendimento já foi referendado pela Corte Suprema, em julgamento do RE 590697:

*[Handwritten signatures and initials]*



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	04	R

**“AGRAVO:**

STF - EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO RE 590697 MG (STF)

Data de publicação: 05/09/2011

Ementa: Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS DE DECISÃO MONOCRÁTICA. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO LEGISLATIVO. NORMAS SOBRE DIREITO TRIBUTÁRIO. INICIATIVA CONCORRENTE ENTRE O CHEFE DO PODER EXECUTIVO E OS MEMBROS DO LEGISLATIVO. POSSIBILIDADE DE LEI QUE VERSE SOBRE O TEMA REPERCUTIR NO ORÇAMENTO DO ENTE FEDERADO. IRRELEVÂNCIA PARA FINS DE DEFINIÇÃO DOS LEGITIMADOS PARA A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO. AGRAVO IMPROVIDO. I - A iniciativa de leis que versem sobre matéria tributária é concorrente entre o chefe do poder executivo e os membros do legislativo. II - A circunstância de as leis que versem sobre matéria tributária poderem repercutir no orçamento do ente federado não conduz à conclusão de que sua iniciativa é privativa do chefe do executivo. III - Agravo Regimental improvido”.

Há mais do STF:

“STF - EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO RE 732685 SP (STF)

Data de publicação: 24/05/2013

Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - PROCESSO LEGISLATIVO - MATÉRIA TRIBUTÁRIA - INEXISTÊNCIA DE RESERVA DE INICIATIVA - PREVALÊNCIA DA REGRA GERAL DA INICIATIVA CONCORRENTE QUANTO À INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS LEIS - LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DA INICIATIVA PARLAMENTAR - RENÚNCIA DE RECEITA NÃO CONFIGURADA - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À RESERVA DE LEI

1

J

neg. c  
duo

pt

ZH

Am  
A



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	05	R

ORÇAMENTÁRIA - ALEGADA OFENSA AO ART. 167 , INCISO I , DA CONSTITUIÇÃO - INOCORRÊNCIA - DECISÃO QUE SE AJUSTA À JURISPRUDÊNCIA PREVALECENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - CONSEQUENTE INVIABILIDADE DO RECURSO QUE A IMPUGNA - SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS QUE DÃO SUPORTE À DECISÃO RECORRIDA - RECURSO IMPROVIDO”.

Existem ainda, julgados de outros Tribunais brasileiros:

“TJ-RS - Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 70022030340 RS (TJ-RS). Data de publicação: 09/09/2009

Ementa: ADIN. MATÉRIA TRIBUTÁRIA. AS LEIS QUE DISPONHAM SOBRE MATÉRIA TRIBUTÁRIA NÃO SE INSEREM DENTRE AS DE INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. COMPETÊNCIA COMUM OU CONCORRENTE DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAIS. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Caso em que é de ser julgada improcedente a ação de declaração de inconstitucionalidade da Lei n.º 3.941/07 do Município de Taquara, que dispõe sobre a concessão de isenção de IPTU para aposentados, inativos, pensionistas, deficientes físicos e mentais. Ocorre que as leis que disponham sobre matéria tributária não se inserem dentre as de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, a contrario sensu do art. 61 , § 1º , inciso II, letra b , da Constituição Federal .Em se tratando de matéria tributária a competência para iniciar o processo legislativo é comum ou concorrente dos poderes executivo e legislativo municipais. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE, POR MAIORIA. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70022030340, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

*[Signature]* *[Initials]* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]*




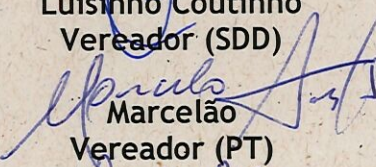
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	06	R

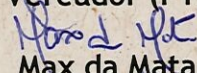
Vencido: João Carlos Branco Cardoso, Redator para Acordão: Março Aurélio dos Santos Caminha, Julgado em 04/05/2009)".

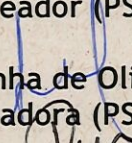
Desta forma, solicitamos o apoio e engajamento dos nobres pares desta Casa Legislativa para aprovação deste projeto de lei, que certamente, irá contribuir com a economia do Município.

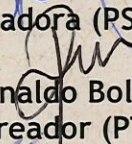
Palácio Atílio Vivácqua, 14 de março de 2016.

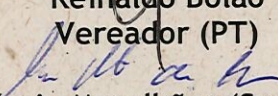
  
Luisinho Coutinho  
Vereador (SDD)

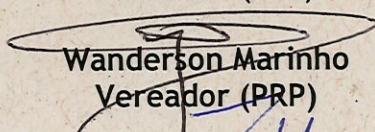
  
Marcelão  
Vereador (PT)

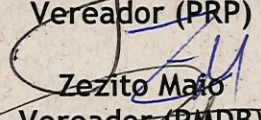
  
Max da Mata  
Vereador (PSD)

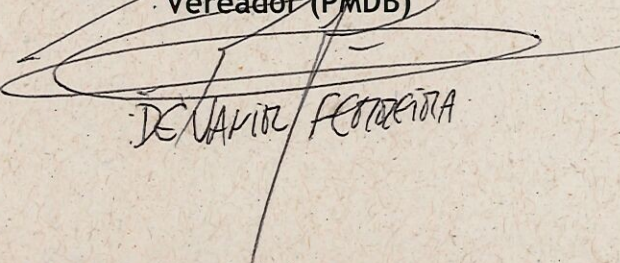
  
Neuzinha de Oliveira  
Vereadora (PSDB)

  
Reinaldo Bolão  
Vereador (PT)

  
Sérgio Magalhães (Serjão)  
Vereador (PSB)

  
Wanderson Marinho  
Vereador (PRP)

  
Zezito Maio  
Vereador (PMDB)

  
Deuair Ferreira





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	07	R

INCLUIDO NO EXPEDIENTE

Em, 29/3/16  
  
DIRETOR

INCLUA-SE EM PAUTA PARA  
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em, 29/3/16

Presidente da Câmara

PAUTADO EM 15 DISCUSSÃO

Em 30/3/16

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 20 DISCUSSÃO

Em 31/3/16

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 30 DISCUSSÃO

Em 5/4/16

PRESIDENTE DA CÂMARA



AO S.A.C. (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES)  
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO  
AS COMISSÕES ABAIXO

- 1) Justiça
- 2) Finanças
- 3) Políticas Urbanas
- 4) \_\_\_\_\_

EM 06 / 04 / 20 16

DIRETOR DEL

  
**Swlivan Manota**  
Diretor do Depto. Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Sr. Vereador

Unicícios, Luiz

Emanuel para relatar

Em

  
Presidente

A Procuradoria da Câmara Municipal de Vitória, para  
manifestação quanto a constitucionalidade da presente  
matéria.

Vitória, 24 de maio de 2016.



  
**Luiz Emanuel**  
Vereador PPS  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





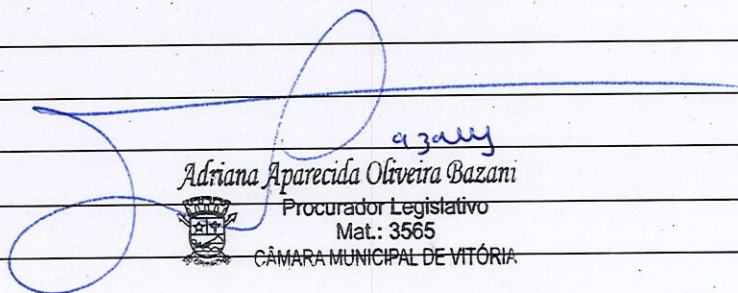
**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	08	R

Seu SAC,

com o parecer em anexo.

Em 09/06/2016.

  
Adriana Aparecida Oliveira Bazani  
Procurador Legislativo  
Mat.: 3565  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	09	P

## PARECER JURÍDICO Nº 111/2016

### PROCESSO Nº 2259/2016

Senhor Relator da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, Vereador Luiz Emanuel:

**PROJETO DE LEI 73/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO, CONSISTENTE EM OFERECER REMISSÃO DO IMPOSTO PREDIAL URBANO - IPTU - INCIDENTE SOBRE OS IMÓVEIS NÃO RESIDENCIAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, NO CASO QUE ESPECIFICA. MATÉRIA TRIBUTÁRIA BENÉFICA QUE SE TRADUZ EM RENÚNCIA DE RECEITA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.**

- 1) **VIOLAÇÃO DO ART. 14 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000) E ART. 32 DA LEI MUNICIPAL Nº 8.841/2015, QUE (DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016).**
- 2) **AFRONTA AO ART. 73, §10 DA LEI 9504/97, CONFORME DECISÃO DO TSE NA CONSULTA Nº 1531-69.2010.6.00.0000 - CLASSE 10 - BRASÍLIA -DISTRITO FEDERAL (Relator: Ministro Marco Aurélio, Consulente: Nice Lobão)**

**DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO - BENEFÍCIOS FISCAIS -ANO DAS ELEIÇÕES. A norma do § 10 do artigo 73 da Lei nº 9.504/97 é obstáculo a ter-se, no ano das eleições, o implemento de benefício fiscal referente à dívida ativa do Município bem como o encaminhamento à Câmara de Vereadores de projeto de lei, no aludido período, objetivando a previsão normativa voltada a favorecer inadimplentes.**

Dr. Marcelo Souza Nunes  
Procurador-Geral  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	10	R

Trata-se de questionamento formulado, a pedido do Relator da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, acerca do Projeto de Lei nº 73/2016 (PROCESSO 2259/2016), que **dispõe sobre a concessão de benefício tributário, consistente em oferecer remissão do imposto predial urbano – IPTU – incidente sobre os imóveis não residenciais no âmbito do município de vitória, no caso que especifica.**

Segue abaixo a transcrição, na íntegra, do Projeto de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 73/2016

**Dispõe sobre a concessão de benefício tributário, consistente em oferecer remissão do imposto predial urbano – IPTU – incidente sobre os imóveis não residenciais no âmbito do município de vitória, no caso que especifica.**

**Art. 1º** - Será concedido benefício tributário, consistente em oferecer remissão do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, incidente sobre os imóveis não residenciais localizados na Avenida Leitão da Silva, no Município de Vitória, cujos créditos tributários tenham sido constituídos nos anos de 2014, 2015 e 2016.

**§ 1º.** A remissão dos créditos tributários já constituídos que trata o caput alcançará os contribuintes inadimplentes e aqueles que já efetuaram o pagamento do imposto, os quais terão direito à restituição do que pagaram ou compensação com tributos devidos no futuro.

Dr. Marcelo Souza Nunes  
Procurador-Geral  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	11	R

**§ 2º.** A remissão dos créditos tributários já constituídos que trata o caput recairá somente sobre bens imóveis edificados e regularizados em conformidade com as leis municipais vigentes.

**Art. 2º** - Os procedimentos para obtenção do benefício tributário serão regulamentados por meio de ato do Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Após o breve relato, passamos a análise:

## **I - DA ANÁLISE:**

Trata-se de projeto de lei que dispõe sobre a concessão de benefício tributário, consistente em oferecer remissão do imposto predial urbano – IPTU – incidente sobre os imóveis não residenciais no âmbito do município de Vitória.

### **O projeto de lei não deve prosperar pelos seguintes motivos:**

A Lei 9504/97 no art. 73, §10 veda, no ano em que se realiza a eleição, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, *in verbis*:

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
Dr. Marcelo Souza Nunes  
Procurador-Geral  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	12	R

Ao interpretar o alcance do §10 do art. 73 da Lei 9504/97, o Tribunal Superior Eleitoral, na CONSULTA Nº 1531-69.2010.6.00.0000, entendeu que **a norma do § 10 do artigo 73 da Lei nº 9.504/97 veda, no ano das eleições, o implemento de benefício fiscal referente à dívida ativa do Município bem como o encaminhamento à Câmara de Vereadores de projeto de lei, no aludido período, objetivando a previsão normativa voltada a favorecer inadimplentes.**

#### ACÓRDÃO TSE

**CONSULTA Nº 1531-69.2010.6.00.0000 - CLASSE 10 -  
BRASÍLIA -DISTRITO FEDERAL**

**Relator:** Ministro Marco Aurélio

**Consulente:** Nice Lobão

**DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO - BENEFÍCIOS FISCAIS -ANO DAS ELEIÇÕES. A norma do § 10 do artigo 73 da Lei nº 9.504/1997 é obstáculo a ter-se, no ano das eleições, o implemento de benefício fiscal referente à dívida ativa do Município bem como o encaminhamento à Câmara de Vereadores de projeto de lei, no aludido período, objetivando a previsão normativa voltada a favorecer inadimplentes.**

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em responder à consulta, nos termos das notas de julgamento.

Brasília, 20 de setembro de 2011.

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*  
Dr. Marcelo Souza Nunes  
Procurador-Geral  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	13	R

Verifica-se assim que a implementação de isenção em ano eleitoral é conduta vedada pelo §10 do art. 73 da Lei 9504/97.

**Em 31/05/2016 o TSE cassou os mandatos do prefeito e do vice de Nova Viçosa (BA), em virtude de aprovação de projeto de lei que concedia benefícios tributários aos eleitores, vejamos:**

*O Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, na sessão desta terça-feira (31), por unanimidade, cassar os mandatos do prefeito e do vice de Nova Viçosa (BA), Márvio Lavor Mendes e Célio Oliveira Ferreira, eleitos no pleito de 2012. O prefeito foi acusado de ter se beneficiado com a aprovação pela Câmara Municipal de um projeto de lei propondo desconto e anistia de multas e juros para os contribuintes que quitassem o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) até o final daquele exercício financeiro.*

*O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-BA), no entanto, reformou a sentença de primeira instância, que havia cassado a chapa vencedora, por entender que não ficou configurado o alegado abuso de poder. Manoel Costa Almeida, que denunciou o prefeito eleito e também foi candidato nas eleições de 2012, concluiu que a atitude de Márvio Mendes, que na época era presidente da Câmara Municipal, configurou conduta vedada aos agentes públicos em campanha, prevista na Lei das Eleições (Lei 9504/97), como compra de votos, abuso político-econômico e corrupção.*

*Ao conduzir o julgamento, o relator do caso, ministro Herman Benjamin, classificou a proposta de projeto de Lei como "estelionato eleitoral". Disse que Mendes realizou reunião com eleitores faltando menos de um mês para o pleito e o evento foi amplamente divulgado mediante carro de som, com grande comparecimento de eleitores.*

*Ainda de acordo com o relator, "a gravidade das condutas é inequívoca" diante dos fatos: houve diferença entre os candidatos de apenas 277 votos em um colégio de 27 mil eleitores, a reunião foi amplamente divulgada com o comparecimento de elevado número de pessoas, o projeto de lei foi apresentado em setembro de 2012, faltando menos de um mês para a eleição e, por fim, considerou a natureza do benefício, que alcançou grande massa dos habitantes de Nova Viçosa.*

Fonte: TSE - Processo relacionado: Respe 73646

Dr. Marcelo Souza Nunes  
Procurador-Geral  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2239	14	R

**Verifica-se assim a impossibilidade de implementação do presente projeto de lei.**

**Por fim, outro ponto que merece destaque é a vedação do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, vejamos:**

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001)

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

Dr. Marcelo Souza Nunes  
Procurador-Geral  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
239	15	R

Na presente caso, a renúncia fiscal não foi considerada na estimativa do orçamento anual, tampouco se fez acompanhar de demonstrativos alusivos ao impacto de tal perda ou, ainda, dos meios para sua compensação. Nesse ponto, então, residiria a inconstitucionalidade material do ato atacado, por violação ao princípio da legalidade.

Nessa linha destaque:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PEDIDO LIMINAR LEI MUNICIPAL Nº 10794/2012 DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA AMPLIAÇÃO DAS HIPÓTESES DE ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PREVISTAS NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL PROJETO LEGISLATIVO DE INICIATIVA DE VEREADOR FUMUS BONI JURIS CONFIGURADO NORMA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO VÍCIO FORMAL **NAO DEMONSTRADO ATENDIMENTO AO ART. 14, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL VÍCIO MATERIAL REDUÇÃO DE RECEITA PÚBLICA SEM PREVISAO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO 'PERICULUM IN MORA' CONSISTENTE NOS REFLEXOS NOCIVOS AO ORÇAMENTO PÚBLICO LIMINAR DEFERIDA PARA SUSPENDER A EFICÁCIA DO ATO NORMATIVO ATÉ JULGAMENTO FINAL DA DEMANDA.**" (ADI nº 962.671-3, Relator: Des. PAULO ROBERTO

  
Dr. Marcelo Souza Nunes  
Promotor-Geral  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	16	R

VASCONCELOS).

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ARTIGO 7º, DA LEI Nº 5.696/2010, DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, **QUE INCLUI HIPÓTESE DE ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU)** - **AUSÊNCIA DE PRÉVIO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO RENÚNCIA FISCAL QUE IMPLICA NA REDUÇÃO DA RECEITA PÚBLICA** - MATÉRIA AFETA AO REGIME ORÇAMENTÁRIO MUNICIPAL INVASÃO DE COMPETÊNCIA - INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 68, INCISO I, 133, 3º, INCISOS II E VII, 6º, INCISO I, E 8º, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA SEPARAÇÃO DOS PODERES, PREVISTOS NOS 2 ARTIGOS 1º, INCISO III E 7º, DA CONSTITUIÇÃO ARAUCARIANA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO, PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 7º, DA LEI Nº 5.696/2010, DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL.

Da análise do projeto em estudo, verifica-se que **efetivamente ele importará na diminuição da receita tributária municipal.**

Dr. Marcelo Souza Nunes  
Procurador-Geral  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2239	17	R

Desta forma, convém salientar que, em se tratando de renúncia de receita, nota-se que o projeto de lei em comento não observa as diretrizes postuladas na Lei Complementar nº 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. A partir da vigência do referido diploma legal, qualquer proposta do Legislativo, versando sobre a concessão de incentivos fiscais, da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva iniciar a sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e demonstrar que a renúncia atende a, pelo menos, uma das seguintes condições: esteja considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e não afete as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou que seja compensada por meio do aumento de receita proveniente de elevação de alíquotas, da ampliação da base de cálculo, da majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Assim, a adoção dessas práticas, por configurarem renúncia de receita, nos moldes do §1º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, **somente poderá ocorrer se houver compatibilidade com os preceitos insertos no mencionado art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Assim, para que seja viável e legítima a concessão do benefício tributário, mister se faz, por força do dispositivo supramencionado, que esta renúncia seja considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que ela não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias (inciso I) ou, ainda, estar acompanhada de medidas de compensação de aumento de receita (inciso II).

Dr. Marcelo Souza Nunes  
Procurador-Geral  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	18	R

Tal exigência advém, ainda, da própria Lei Municipal nº 8.841, de 20 de outubro de 2015, que estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016.

A propósito, confira-se:

### **LEI MUNICIPAL Nº 8.841**

...

**Art. 32.** Quaisquer projetos de lei que resultem em redução de encargos tributários para setores da atividade econômica ou regiões da cidade deverão apresentar demonstrativo dos benefícios de natureza econômica e/ou social.

**Parágrafo único. A redução de encargos tributários só entrará em vigor quando satisfeitas as condições contidas no Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.**

## **II. DA CONCLUSÃO:**

Ante o exposto, arrimados nas disposições constitucionais, legais, doutrinárias e jurisprudenciais apresentadas, **concluimos que o projeto de lei não deve prosperar por violar o §10 do art. 73 da Lei 9504/97, assim como, o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 32 da Lei Municipal nº 8.841/2015, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016".**

Dr. Marcelo Souza Nunes  
Procurador-Geral  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
259	19	R

Desta forma, **opinamos pela inviabilidade técnica da proposição feita**, segundo considerações acima descritas, e devolvemos à Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação para a análise.

É o parecer.

Edifício Attílio Vivácqua, em 08 de junho de 2016.

**MARCELO SOUZA NUNES**  
**PROCURADOR GERAL DA CMV**



Dr. Marcelo Souza Nunes  
Procurador-Geral  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

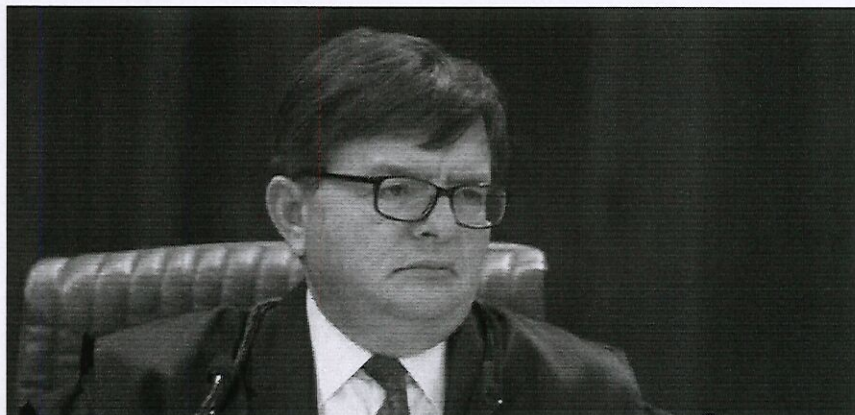
**ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA BAZANI**  
**PROCURADOR LEGISLATIVO**



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	20	R

## Imprensa

31 de maio de 2016 - 21h00



### Cassados os mandatos do prefeito e vice de Nova Viçosa (BA)

[Assista à reportagem em vídeo.](#)

[Ouça reportagem sobre o tema.](#)

O Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, na sessão desta terça-feira (31), por unanimidade, cassar os mandatos do prefeito e do vice de Nova Viçosa (BA), Márvio Lavor Mendes e Célio Oliveira Ferreira, eleitos no pleito de 2012. O prefeito foi acusado de ter se beneficiado com a aprovação pela Câmara Municipal de um projeto de lei propondo desconto e anistia de multas e juros para os contribuintes que quitassem o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) até o final daquele exercício financeiro.

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-BA), no entanto, reformou a sentença de primeira instância, que havia cassado a chapa vencedora, por entender que não ficou configurado o alegado abuso de poder. Manoel Costa Almeida, que denunciou o prefeito eleito e também foi candidato nas eleições de 2012, concluiu que a atitude de Márvio Mendes, que na época era presidente da Câmara Municipal, configurou conduta vedada aos agentes públicos em campanha, prevista na Lei das Eleições (Lei 9504/97), como compra de votos, abuso político-econômico e corrupção.

Ao conduzir o julgamento, o relator do caso, ministro Herman Benjamin, classificou a proposta de projeto de Lei como “estelionato eleitoral”. Disse que Mendes realizou reunião com eleitores faltando menos de um mês para o pleito e o evento foi amplamente divulgado mediante carro de som, com grande comparecimento de eleitores.

Ainda de acordo com o relator, “a gravidade das condutas é inequívoca” diante dos fatos: houve diferença entre os candidatos de apenas 277 votos em um colégio de 27 mil eleitores, a reunião foi amplamente divulgada com o comparecimento de elevado número de pessoas, o projeto de lei foi apresentado em setembro de 2012, faltando menos de um mês para a eleição e, por fim, considerou a natureza do benefício, que alcançou grande massa dos habitantes de Nova Viçosa.

BB/RC



Processo relacionado: Respe 73646

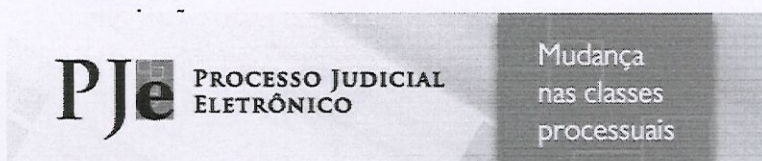
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	21	R



**ELEIÇÕES**  
**2016**  
#SEUVOTOSUA VOZ

Quem somos

Fale com a







**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
2259	22	10

Encaminhado ao Vereador Luiz Emanuel, com o parecer da procuradoria em anexo para análise e relatório final.

em, 10/06/16.

*L.*  
Kiany Ferreira Damascena Silva  
Coordenadora das Comissões  
Matr.: 6553  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Câmara Municipal de Vitória

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
2259	23	4

VEREADOR  
**LUIZ EMANUEL**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Processo: 2259/2016

Projeto de Lei: 73/2016

Autor: Serjão

Ementa: Dispõe sobre a concessão de benefício tributário, consistente em oferecer remissão do Imposto Predial Urbano – IPTU - incidente sobre imóveis não residenciais no âmbito do município de Vitória, no caso que especifica.

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise visa dispor sobre a concessão de benefício tributário, consistente em oferecer remissão do Imposto Predial Urbano – IPTU - incidente sobre imóveis não residenciais no âmbito do município de Vitória, no caso que especifica.

O projeto foi recebido para emissão de parecer em nosso gabinete no dia 10 de julho de 2016.

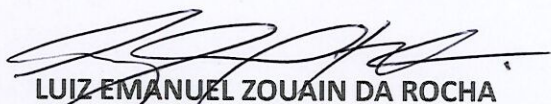
### II – PARECER

Após análise do Projeto de Lei em questão, concluímos a iniciativa encontra óbice de inconstitucionalidade, conforme manifestação da Procuradoria da Câmara Municipal de Vitória, folhas de 09 a 21, o que nos faz manifestar nosso voto a seguir.

### III – VOTO

Desta sorte, é que se entende pela INCONSTITUCIONALIDADE do projeto de lei em apreço.

Palácio Atílio Vivácqua, 10 de outubro de 2016.

  
**LUIZ EMANUEL ZOUAIN DA ROCHA**  
Comissão de Constituição e Justiça - Relator



Matéria : Just. - Processo nº 2259/2016 - PL 73/2016

Autoria : Relator: Vereador Luiz Emanuel

Reunião :

**Comissão de Justiça**

Data :

**13/10/2016 - 15:35:25 às 15:36:13**

Tipo :

**Nominal**

Turno :

**Parecer**

Quorum :

**Total de Presentes : 4 Parlamentares**

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
7	Fabício Gandini	PPS	Sim	15:36:00
18	Luiz Emanuel	PPS	Sim	15:35:54
23	Rogerinho	PHS	Sim	15:35:56

Totais da Votação :

**SIM**

**NÃO**

**TOTAL**

**3**

**0**

**3**

  
\_\_\_\_\_  
**PRESIDENTE**

\_\_\_\_\_  
**SECRETÁRIO**





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
2259	25	AB

Ao Sr. (a): Gabriela Binda  
Para providenciar a extração do avulso.

*[Handwritten signature]*

*Em, 20/10/16*

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em, 20/10/16

Gabriela Binda

ASSINATURA

*Kiany Ferreira Damascena Silva*  
Coordenadora das Comissões  
Matr.: 6553  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	26	gb

**Câmara Municipal de Vitória**  
**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**

**289/2016**

<b>PROCESSO</b>	2259/2016.
<b>PROJETO DE LEI</b>	73/2016.
<b>EMENTA</b>	Dispõe sobre a concessão de benefício tributário, consistente em oferecer remissão do Imposto Predial Urbano - IPTU - incidente sobre imóveis não residenciais.
<b>INICIATIVA</b>	Serjão.
<b>PARECER</b>	Comissão de Constituição e Justiça – Pela Inconstitucionalidade.





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2259	27	gb

INCLUA-SE EM PAUTA DA ORDEM DO DIA

EM, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

## DESPACHO

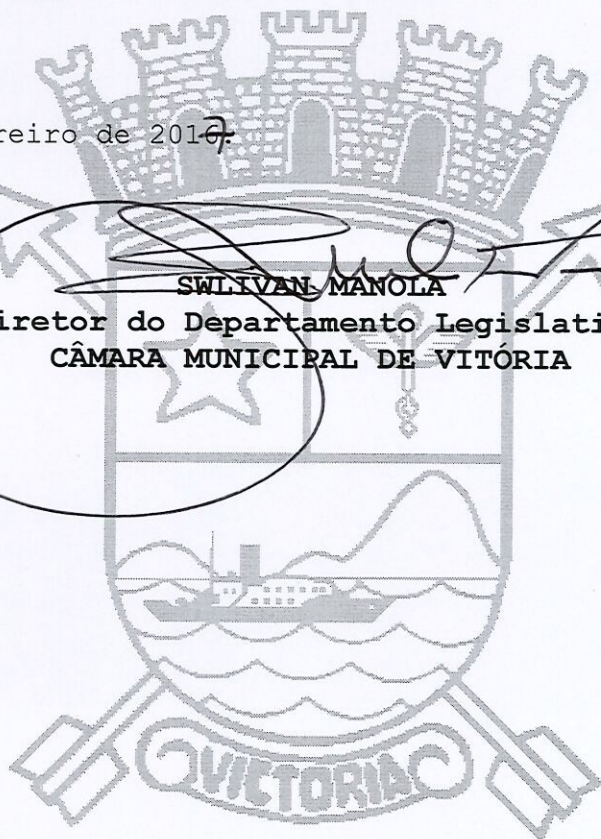
Transcorrido, *in albis*, o prazo recursal a que alude o art. 61, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno, Arquive-se a presente proposição na forma do art. 61, inciso V, alínea "a" do R.I.

Em 20 de fevereiro de 2016



SULLIVAN MANOLA

Diretor do Departamento Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA







# DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

[www.cmv.es.gov.br/diario](http://www.cmv.es.gov.br/diario)

**Câmara Municipal de Vitória**

Edição: 476 Ano IV

Vitória (ES), Segunda-Feira, 17 de Outubro de 2016

## COMISSÕES

Dados relativos aos processos que foram votados e julgados como inconstitucionais na Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, realizada no dia 13 de Outubro de 2016:

Processo 2023/2016 – PL 65/2016 Autor Zezito Maio  
Processo 3462/2016 – PL 107/2016 Autor Zezito Maio  
Processo 5257/2016 – PL 170/2016 Autor Max da Mata  
Processo 13071/2015 – PL 364/2015 Autor Max da Mata  
Processo 2259/2016 – PL 73/2016 Autor Serjão  
Processo 5741/2016 – PL 176/2016 Autor Marcelão  
Processo 9939/2015 – PL 284/2015 Autor: Marcelão  
Processo 493/2016 – PL 7/2016 Autor: Luisinho Coutinho  
Processo 4774/2016 – PL 151/2016 Autor Luisinho Coutinho

### Expediente:

**Presidente:** Namy Chequer Bou Habib Filho

**Diretor Geral:** Rubens Sergio Rasseli

**Responsável pela Publicação:** Carlos Eduardo Louredo de Freitas

**ESTE É O FINAL DESTA PUBLICAÇÃO**